

PEQUENO (AINDA) AGRICULTOR E RACIONALIDADE EDUCATIVA *

Ari Paulo Jantsch **

O pequeno (ainda) agricultor, face aos elementos histórico-contextuais (múltiplas determinações em movimento totalizante e que dizem respeito a vários campos/disciplinas do conhecimento) não é um ser (dado) mas um estando, isto é, **(positivamente) indeterminado**, aberto à constituição de um **novo ser social** - onde meio de produção (conhecimento científico-tecnológico, instrumental de produção-trabalho e terra) e trabalho não se dissociam - bem como à **individuação** (Duarte, 1993) do **Homem Universal** (Jantsch, 1994). Daí falarmos em pequeno (ainda) agricultor. A implicação disso em nosso estudo é a possibilidade da concepção de que a **racionalidade educativa** que fundamenta a individuação do Homem Universal no pequeno (ainda) agricultor põe-se necessariamente para além da afirmação do ser (dado), afirmação cara à concepção positivista da realidade. Assim sendo, a racionalidade educativa em questão, quando traz como base a totalidade histórico-social (múltiplas determinações em movimento, expressas nas mais diversas transições em curso), subsidia uma ruptura impiedosa com tudo aquilo que até hoje constituiu o ser (o tradicional pequeno agricultor). Eis, aí, a razão da razão negativa (Warde, 1993). Contrariamente, **"desmancha-se no ar"** (Marx apud Warde, 1993) a **razão positiva**.

O pequeno (ainda) agricultor situa-se numa confluência de transições. Tal confluência, se por um lado desautoriza qualquer "canto de cisne" (Gramsci, 1974) - isto é, o contentamento com o mundo especificamente rural, o homem rural, o ruralismo pedagógico - por outro, evoca um modo de vida (viável) que incorpore as mais altas conquistas da civilização, de modo a realizar o conceito homem em sua máxima extensão nos indivíduos que, de ora em diante, se ocupem basicamente da atividade de produção alimentar. A democratização das mais altas conquistas civilizatórias, hoje vislumbrada na proposta do **Estado**

* Texto enviado para apresentação na 21ª reunião anual da ANPED.

** Professor Adjunto na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculado ao Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED) do Centro de Ciências da Educação (CED). Trabalha na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação.

amplo e democrático, possibilita o total redimensionamento do tempo e do espaço também para o pequeno (ainda) agricultor, de modo a permitir-lhe o trabalho intelectual, o tempo livre, a realização de sua corporeidade (Assmann, 1994) ou totalidade corpórea, a expansividade da natureza, etc. Afirma-se, assim, o novo ser social. Individua-se, enfim, o Homem Universal.

A nosso ver, a confluência de transições significa uma **ruptura histórica** na vida do pequeno (ainda) agricultor, dessituando-o (desconstrução) em relação ao ser constituído (tradicional pequeno agricultor) e desafiando-o à constituição de um novo ser social, expressão dessa ruptura. Ruptura que implica basicamente a quebra do paradigma da determinação-insumos-imediatismo, a afirmação do paradigma (desparadigmatizado) da **indeterminação** (Heisenberg, 1981 e Pessanha, 1993) e a constituição de uma **realidade positivamente indeterminada**. Esse conjunto de transições em movimento/processo não pode ser adequadamente apreendido pela matematização positivista, nem expresso com uma “linguagem logicamente perfeita” (Pessanha, 1993) de qualquer cientista. Tampouco será compreendido fora da práxis educativa que reconheça a “complexidade” (Morin, 1991) da realidade e a necessária investigação interdisciplinar desta.

Estamos, pois, diante de um **mundo em construção** e que supõe/implica também um Homem em construção. Construção não alheia àquilo que denominamos “condições iniciais iguais” (Schaefer, 1995) - ou, mais concretamente, Estado amplo e democrático - e processo de “individuação” (Duarte, 1993), estes apontando necessariamente para a educação democrática e qualificada e caracterizando o ruralismo pedagógico como uma mediação de involução do pequeno (ainda) agricultor. O desafio, pois, é a construção do Homem Universal.

1 A realidade da categoria central do presente trabalho (Homem Universal)

A constituição do novo ser social não se esgota nos elementos histórico-contextuais dados (voz do contexto): exige, dentre outros, uma **utopia** (“otimismo militante”: concepção Blochiana) que se ponha necessariamente para além do **caos da quebra do ser** (a falência do tradicional pequeno agricultor).

Com a categoria Homem Universal apreendemos, sonhamos (de olhos abertos) e pensamos a possibilidade concreta da transmutação do pequeno agricultor em novo ser social, que articula meio de produção (a terra e outros) e trabalho no sentido da **autonomia** (ver item 2.2), ancorado numa educação

que garante o **saber real** (ver item 2.2); apreendemos e refletimos também o ser em construção (histórico: o “estar-sendo”) e a existência (na tensão entre a alienação e a emancipação-autonomia) dos pequenos (ainda) agricultores, especialmente no que diz respeito à racionalidade educativa. Juntamente a isso pensamos a viabilidade e/ou a possibilidade da atividade de produção de alimentos encetada pela categoria social designada pequenos agricultores, participantes do gênero humano. Acreditamos que a viabilidade ou alternativa sócio-econômica dessa atividade possibilita (pelo menos em grande parte) a **individuação não alienada** dos indivíduos caracterizados como pequenos agricultores e que inserimos (intencionalmente), contando aí com as contribuições de Antunes (1995), em uma categoria social mais abrangente: os **trabalhadores**.

Concebemos o Homem Universal como um ser histórico - um “estar-sendo” (se fazendo a partir das **condições objetivas** já existentes para tal) em uma sociedade mundial em que a educação se constitui em uma das mediações construtoras do homem, síntese da **totalidade histórico-social**. A nossa base é a atual **materialidade histórica** que definimos ser o conjunto das construções humanas que tem poder de determinação sobre o próprio homem, a partir de e nas suas relações sociais.

Reconhecemos a presença decisiva do **capital** (não propriamente como um sujeito ou ente, mas como um **processo** concreto de acumulação com as muitas implicações também concretas, como a aceleração do avanço das forças produtivas e da construção de ciência-tecnologia de um lado e, de outro, a **exclusão** da maior parte da humanidade deste avanço) na determinação da sociedade e do homem contemporâneos. Vivemos, de fato, em uma aldeia universal onde o capital se mundializou. Por outro lado, o Homem Universal não se esgota na mundialização do capital, pois a realidade determinante, definidora do Homem Universal, jamais pode ser reduzida ao capital, por mais revolucionário que este possa ser. O nosso argumento aqui é simples, mas fundamental: no mundo do Homem Universal, o centro é o homem e não o capital. O ponto de equilíbrio está no Homem Universal. Portanto, a **mundialização só tem sentido quando corresponder à individuação do Homem Universal**. Esta é a visão mínima para superar a individuação alienada (própria do capital). Nesse sentido, a “integração” do pequeno agricultor às agroindústrias privadas e em grande parte mundializadas não realiza o conceito homem. Tal integração não tem superado a mutilação do homem e da natureza, enfim, da realidade.

O Homem Universal constitui-se, pois, em **categoria básica** para pensarmos a educação. Também orienta a ação política, na medida em que, no processo de mundialização do real constata-se a exclusão de muitas pessoas da

humanidade constituída no Homem Universal. Esta categoria tem, portanto, uma dimensão política que exige que todos os processos educacionais contribuam para a produção do Homem Universal em cada indivíduo, a não ser que compactuam com o processo de exclusão. Põe, ao mesmo tempo, um paradigma que orienta (portanto, não no sentido de patrulhamento) a nossa práxis educativa: **a participação**. A partir desse paradigma, a práxis educativa em geral é assumida, também, em sua dimensão política - esta pretensa e costumeiramente negada pelos (neo)positivistas e (neo)liberais. Quanto a isso, impõe-se uma luta contra o Estado mínimo e em favor do Estado amplo e democrático.

A universalidade excludente do capital implica pensarmos uma proposta educacional universalizadora do Homem Universal e que toma, por isso, a direção da democracia sob o paradigma da participação. Não é preciso nos delongarmos para afirmar que a lógica da exclusão, intrínseca à práxis (neo)liberal, não poderá ser tolerada ao pensarmos uma educação democrática. Mesmo levando os argumentos (neo)liberais em conta, não podemos deixar de **arbitrar** na direção da **democracia real**, haja vista que a democracia (neo)liberal não passa da mera formalidade do voto universal e da pretensa “democratização” das instituições público-estatais através da “flexibilização”, “quebra dos monopólios”, “terceirização” e “privatização”. A cínica preocupação “democrática” dos (neo)liberais se desmascara na sua luta desvairada para monopolizar a seu favor a lei das patentes e, conseqüentemente, privatizar o conhecimento científico-tecnológico em sua totalidade. O patenteamento dos métodos e dos produtos relativos à biotecnologia, por exemplo, exclui *a priori* os pequenos (ainda) agricultores da atual revolução científico-tecnológica e, por conseqüência, da mundialização da economia (que não se reduz ao mercado) e da individuação já várias vezes mencionada.

Se a universalidade, por um lado, não se esgota no capital, nem em uma razão absoluta e/ou ciência modelar, mas no Homem, síntese (histórico-social) das múltiplas determinações da realidade, por outro, *a historicidade do real desautoriza o apego às especificidades, entre as quais damos destaque ao complexo “mundo” rural, homem rural e educação rural.* Tal apego, contrário às boas intenções dos educadores, já tende mais à exclusão do pequeno agricultor do que à sua participação do corpo social mundializado e universalizado. A atual materialidade histórica não fornece mais o conteúdo que afirma o “mundo” rural em seu sentido tradicional, tampouco o homem “rural” e a educação “rural”. Assim, a educação do pequeno (ainda) agricultor exige pelo menos a mesma **complexidade** que a do trabalhador urbano-industrial, dando-lhe condições iniciais iguais para ser cidadão do mundo - homem pleno de humanidade (Homem Universal).

De certa forma parodiando Gramsci (1974) - quando se refere aos “cantos de cisne” - podemos afirmar que *o olhar histórico do real remete-nos para além das formas educativas que, embora aparentemente decisivas, já estão virtualmente vazias de conteúdo, sem poder de formação do Homem Universal em um mundo mundializado e marcado decisivamente pela atual revolução científico-tecnológica.* Nesse sentido, nada temos a lamentar sobre a relativização ou a extinção do “mundo” tradicionalmente rural e da educação rural. A atual revolução científico-tecnológica nos remete para além do trabalho especificamente rural, da educação rural e do homem rural. A persistência em torno do mundo, dito rural, não passa de saudosismo e, pior ainda, contribui tanto para a exclusão dos pequenos agricultores quanto à razão excludente do (neo)liberalismo. Tal persistência certamente não ampliará a monetarização da vida (possibilitando uma ampla e efetiva articulação autônoma de valor de uso e valor de troca) dos pequenos agricultores; não os colocará em condições de igualdade (condições iniciais iguais) no mercado; não lhes possibilitará o domínio do conteúdo da atual revolução científico-tecnológica, nem superará os núcleos ou bolsões de pobreza/miséria rentáveis ao capital; não evitará o “êxodo” sistemático dos pequenos agricultores do espaço dito rural; não reduzirá o aviltamento dos corpos dos pequenos agricultores ante um instrumental arcaico para produção; não evitará o esgotamento dos solos (“desnaturalização da natureza” - Siebeneichler, 1989) de muitíssimas pequenas propriedades agrícolas; etc. Enfim, tal persistência é expressão singular do poder do atraso e da caminhada a-histórica (“história lenta”: Martins, 1994).

Trata-se, a partir disso, de pensar a (necessária) elevação do atual pequeno agricultor à condição de Homem Universal, abdicando das formas e adjetivações educacionais vazias de conteúdo (histórico). Mais especificamente, nosso pensamento afirma o pequeno agricultor enquanto Homem Universal, mediado também (não exclusivamente) pela educação científico-tecnológica, o que demanda tanto a superação do arcaísmo do qual é expressão a educação rural, quanto da exclusão *a priori* (devido à lógica excludente) patrocinada pelo grande capital e justificada pelos seus “intelectuais orgânicos” (Gramsci, 1982).

Assim sendo, a nossa categoria central ultrapassa a possível suspeita “crítica” de mera “utopia” e afirma-se como realidade (histórica) instituinte. Sua afirmação tanto mais é viva quanto mais o capital escancarar, para além de suas contribuições históricas, os seus limites na construção do novo homem inserido no movimento da mundialização da economia e da terceira/quarta revolução científico-tecnológica.

Pressupomos e apreendemos que o movimento do real que designa a atual materialidade histórica ou a totalidade histórico-social, apreendido sob o

signo da “racionalidade do apenas provável e provisório” (Pessanha, 1993), não se esgotou. Com isso rejeitamos qualquer **profetismo** sobre o “fim da história” (Fukuyama, 1991) que, perversamente, anuncia o capital sob orientação do (neo)liberalismo como o ponto de chegada da história. Caso contrário, teríamos que aceitar que o ser do pequeno agricultor, ao invés de estar consubstanciado no Homem Universal, estivesse diluído no capital, com uma *lógica excludente* (excluindo o pequeno agricultor daquilo que designamos Homem Universal, bem como de todas as conquistas civilizatórias correspondentes). De nossa parte, vislumbramos a viabilidade do **pequeno produtor de alimentos** (sem a demarcação ou a determinação dos tradicionais setores da economia). Admitimos que o capital é o grande responsável pela “**dissolução do mundo agrário**” (Ianni, 1993) - ou o desmanche, no ar, de uma solidez (Marx apud Warde, 1993) - contribuindo para a superação do mundo especificamente “rural”. Reconhecemos, também e por outro lado, que, sob o capital, o pequeno agricultor vive o homem rurbano próprio da terceirização das “agrobusiness”, ficando à margem da economia (mais propriamente do mercado) e da condição humana expressa no Homem Universal.

A categoria Homem Universal, a partir da nossa teorização que, prospectiva e propositivamente nos remete à constituição de um novo ser social, permite afirmar que a **indivuação** do pequeno agricultor consiste, hoje:

a- Na superação da concepção que fragmenta a produção em setores, por não reconhecer para a educação científico-tecnológica do pequeno agricultor a “base unitária de princípios científicos” ou as “**idênticas bases científico-técnicas**” (Frigotto, 1989: 24) que constituem a **alfabetização científico-tecnológica** para a produção em geral, nem reconhecer o **ensino politécnico** como necessário à **formação omnilateral**.

b- Na “**alfabetização científico-tecnológica para a participação cidadã**” (Waks, 1990: 49) - pressupondo as “condições iniciais iguais” - dos pequenos agricultores na sociedade mundial.

c- No acesso universal dos pequenos agricultores à **escola pública de qualidade**, a fim de garantir a alfabetização científico-tecnológica para a produção e participação cidadã.

d- No acesso aos órgãos de pesquisa públicos, bem como participação pesquisante nestes, para subsidiar a produção competitiva demandada pela economia mundial.

e- Na garantia para os pequenos agricultores patentear os seus produtos e métodos, revertendo o processo de **privatização da ciência-tecnologia** pelo grande capital.

f- Na incorporação curricular dos novos elementos da ciência-tecnologia

nos cursos existentes voltados à produção de alimentos.

g- Na instituição de uma práxis educativa (agroecologia, ecologia, etc.) que rompa com o **paradigma da determinação** e do uso indiscriminado de insumos.

h- Na práxis educativa que se oriente pelos princípios/paradigmas transparadigmatizados da **interdisciplinaridade** e da **participação**.

Trata-se, enfim, de uma outra **racionalidade educativa** que a experimentada até hoje pelos pequenos (ainda) agricultores e pelos educadores que atuam no meio rural. Trata-se, também e concomitantemente, da instituição do Estado amplo e democrático. A afirmação do novo ser social depende, portanto, de **Mais Estado** e de uma **razão aberta e radical** que desautoriza qualquer positivização. Pelo contrário, estaremos de imediato diante do “fim da história” para o pequeno (ainda) agricultor brasileiro. A tese de Paul Singer (1979: 1-6) - proletarização do pequeno agricultor - neste sentido, não é fatal: depende estreitamente da universalidade do Estado mínimo no tempo e no espaço.

2 A formação do (ainda) pequeno agricultor

A construção do novo ser social ou a individuação do Homem Universal no atual pequeno agricultor brasileiro demanda, dentre outros, uma educação que garanta as “condições iniciais iguais” (Schaefer, 1995) em uma sociedade que se pretende democrática, assegure o mesmo nível de complexidade da educação geral de qualidade requerida pelo homem urbano e propicie a formação científico-tecnológica que estenda os avanços da atual revolução científico-tecnológica. Está em questão, pois, de uma só vez, a democratização da educação e da ciência-tecnologia produzida coletivamente pela humanidade, a omnilateralidade que desautoriza qualquer mutilação do homem e da politecnicidade que assegure uma formação fundamentada no princípio da interdisciplinaridade, desautorizando a unilateralidade dos pacotes científico-tecnológicos mutilantes do homem e da natureza. Sintética e genericamente, trata-se de instituir uma relação trabalho-educação despositivizada, que permita ao (ainda) pequeno agricultor uma formação geral e científico-tecnológica que o constitua um **trabalhador intelectual (pesquisador)**. Em outras palavras, a qualificação requerida pela atividade de produção de alimentos, encetada, hoje, por pequenos (ainda) agricultores, considerando-se o processo de mundialização da economia e a atual revolução científico-tecnológica, é tão ou mais complexa que as atividades desenvolvidas pelo trabalhador hoje tipicamente urbano-industrial,

seja sob as determinações de caráter fordista seja sob as determinações de caráter toyotista. Isso posto, os conceitos, principalmente de formação omnilateral e cidadania universal se impõem em nosso estudo. Eles possibilitam a leitura das “condições iniciais iguais” (Schaefer, 1995) requerida pela categoria social designada pequeno agricultor, condições expressas, dentre outros e para além do Estado amplo e democrático já mencionado, na formação científico-tecnológica que incorpore o conteúdo da atual revolução científico-tecnológica sob o conceito **politecnia**.

Podemos, finalmente, reiterar que a qualificação e complexidade inerentes ao trabalho-educação do (ainda) pequeno agricultor encontra concretude na formação omnilateral, na cidadania universal e na politecnia. Afora esses conceitos e condições objetivas correspondentes, o atual pequeno agricultor encontra-se, de fato, ante o “fim da história”. Vejamos os principais argumentos.

2.1. O conceito “pequeno agricultor” - em sua concepção tradicional - tem seu conteúdo esvaziado dia-a-dia, enquanto, por outro lado, o conceito “Homem Universal” dá conta, progressivamente, de um homem que está se fazendo para além das adjetivações setorial-ocupacional-profissionais. O contexto global, a nosso ver, já afirma, potencialmente e até mesmo em ato, este homem. O contexto brasileiro, especificamente a região sul do Brasil, aponta duas expressões de pequeno agricultor: aquele que se situa no limite do ruralismo pedagógico, da especificidade agrícola em seu caráter primário e, enfim, do mundo dito rural: trata-se do pequeno agricultor em visível decadência e/ou altamente dependente das instituições tuteladoras dos processos produtivos; e aquele que rompe com a referida especificidade e ruralismo pedagógico, situando-se como homem no mundo e vivendo **processos produtivos complexos**, estes desmanchando no ar a solidez da especificidade acima referida: trata-se do novo ser social em construção no mundo de vivência contraditório do atual pequeno agricultor. Assim sendo, observa-se, em Santa Cruz do Sul, RS, e cidades circunvizinhas, de um lado, pequenos agricultores cada vez mais dependentes dos pacotes científico-tecnológicos unilaterais das agroindústrias capitalistas mundializadas, sem o domínio do **saber real** e sem **autonomia** e, de outro lado, pequenos agricultores constituindo cada vez mais o novo ser social, incorporando, de alguma forma, a mais alta ciência-tecnologia possível em seus processos produtivos complexos (não complicados), de modo a relativizar a terra enquanto espaço físico e enquanto centrimento necessariamente básico para a atividade de produção de alimentos. Nesse particular, cabe salientar que encontramos exemplos de pequeno (ainda) agricultor - novo ser social em construção - dentro da cidade de Santa Cruz do Sul, produzindo (em lote urbano), pesquisando e vendendo o seu produto,

rompendo, assim, com a polarização urbano versus rural, setor primário versus setor secundário e/ou terciário. Encontramos, também, nos exemplos da Cooperativa do Leite Rio Pardinho e da Microdestilaria de cachaça da Família Frantz (situados no meio rural), a ruptura em relação à divisão setorial da economia, bem como em relação ao dualismo campo versus cidade. Tais iniciativas redimensionam o espaço e descontrolam a standardização da economia. E na medida em que incorporam a ciência-tecnologia da atual revolução científico-tecnológica, redimensionam também o tempo. Consideramos que a ruptura com o tradicional mundo agrário, associado à desconstrução da taxionomia rígida da economia, implica uma educação e um trabalho com, no mínimo, a **mesma qualificação** que a requerida no meio tipicamente urbano. E se considerarmos que o trabalho típico do meio urbano tem trazido implícito, em grande parte, o paradigma fordista-taylorista (e atualmente o toyotismo), o trabalho desenvolvido pelo novo ser social em construção põe-se com uma **complexidade superior**.

2.2. A permanência no velho mundo rural ou a inovação levada a termos pelo sistema de “**integração**” das grandes agroindústrias privadas e tuteladoras dos processos produtivos e da formação por estes reivindicados, não é, pelo menos genericamente, a “**salvação da lavoura**” do pequeno (ainda) agricultor. Diante desse fato, a alternativa sócio-econômica explicitada - (agro)indústria cooperativada com alta ciência-tecnologia ou a (agro)indústria familiar associada ao Estado amplo e democrático constitui uma **dupla ruptura**: com o mundo especificamente rural, onde se visualiza a **falência do tradicional pequeno agricultor**, e com a “**integração**” **agroindustrial privada**, mutilante do homem e da natureza. Essa dupla ruptura significa a transmutação do hoje pequeno (ainda) produtor rural em **novo ser social - onde meios de produção e trabalho não se dissociam**.

O novo ser social, contudo, não se afirma espontaneamente. Sua afirmação implica a construção da **autonomia** para participar em igualdade de condições da mundialização da economia. Autonomia aqui considerada “a **capacidade teórico-prática** de reproduzir a pequena propriedade, cogitando-se, inclusive, a sua capitalização” (Jantsch e outros, 1994, p. 3-4), isto é, a **auto-reprodução ampliada**. Ainda segundo Jantsch e outros (ibidem), *a autonomia, porém, assim entendida, não se viabiliza... sem [entre outros] um quantum qualificado de saber, que denominamos de **saber real**....Saber real e autonomia são indissociáveis.*

Posto o saber real/autonomia, a relação trabalho-educação do novo ser social põe-se para além da positividade da realidade (standardização da economia, etc.), para além da submissão (Tavares dos Santos, 1978), para além

da dependência (tutela das agroindústrias privadas hegemônicas) e para além da expropriação (típica do mercado financeiro e da standardização da economia). Na ruptura (com todas as “dores do parto”) do mundo dado (positivizado) a educação pode ser adequadamente assumida - em sua complexidade - como uma **mediação entre o instituído e o instituinte**, de modo a refletir - no que lhe diz respeito - plenamente o “**devir**”.

Não vemos a mesma possibilidade de saber real/autonomia dos trabalhadores urbano-industriais sob a determinação do paradigma fordista e/ou toyotista. Neste tipo de produção o trabalhador não detém o saber que implica a **totalidade do processo de produção**, uma vez que a relação trabalho-educação é, via de regra, tutelada. Igualmente não garante a **auto-reprodução** de nada que seja seu, uma vez que os meios de produção e trabalho estão dissociados. Neste sentido, podemos dizer, mais uma vez, que a **qualificação e/ou complexidade** da formação do pequeno (ainda) agricultor é possivelmente **superior** à do trabalhador urbano-industrial.

2.3. A ciência-tecnologia já se sobrepõe à terra enquanto espaço físico natural, inclusive e, talvez mais decisivamente, para o pequeno agricultor, pondo-se também como uma variável determinante do atual processo de monetarização da vida do pequeno agricultor. Daí a contundência de Aued (1990): “**a terra não é mais necessária**”.

Mediante a introdução da ciência-tecnologia típica da atual revolução científico-tecnológica no mundo do trabalho dos pequenos (ainda) agricultores, é muito mais evidente a relativização da terra (enquanto espaço físico-natural para produzir alimentos) do que o trabalho como um todo efetivado pelas famílias de pequenos (ainda) agricultores. **O trabalho, principalmente o elevado à qualificação de intelectual, é altamente reivindicado nos novos processos de produção alimentar**, bem como se constitui em garantia central da auto-reprodução ampliada de qualquer pequena unidade de produção (por ora ainda denominada agrícola) familiar, além de desautorizar quase que de imediato qualquer ruralismo pedagógico. Neste sentido, a “**questão agrária**” assume, hoje, também os contornos da **questão trabalho-educação**, sendo que *o trabalho altamente qualificado define muito mais a viabilidade da pequena unidade de produção de alimentos (por ora ainda caracterizável enquanto agrícola) do que a quantidade da terra possuída*. Isto posto, parece que a produção efetivável pelas pequenas unidades de produção familiar, mediante os novos processos de produção alimentar, que demandam uma educação que rompe o ruralismo pedagógico, antes de consubstanciar a perda da centralidade da categoria trabalho, está repondo essa categoria com mais vigor e indicando para a urgência da educação omnilateral, com a base científico-tecnológica

idêntica (Frigotto, 1989) à qualquer atividade produtiva, hoje.

Os **processos produtivos**, cada vez mais **complexos**, se põem como centralidade básica na atividade de produção de alimentos. O “**apropriacionismo**” e o “**substitucionismo**” (Goodman e outros, 1990) embasados na 3ª e 4ª revolução científico-tecnológica, redimensionam a terra, o espaço e o tempo, o trabalho, a formação, etc. Nesse sentido, a formação pára-escolar e/ou escolar aprofundadas e/ou continuadas não podem mais ser ignoradas pelo pequeno agricultor. Inviabiliza-se, pois, o tradicional pequeno agricultor (ancorado na alfabetização precária para a leitura e escrita precárias) e afirma-se, contrariamente, o novo ser social (ancorado no saber real, isto é, num quantum qualificado de saber para a inserção qualificada na economia mundializada e a participação cidadã no mundo mundializado). Nesse caso, é concebível o uso da **terra como laboratório de pesquisa**, aplicação e criação de conhecimentos que se situam necessariamente para além do atraso. A terra, enfim, perde a centralidade, haja vista que central se põe a relação homem-natureza (isto é, o **trabalho**), relação que realiza o homem em sua **humanidade** e potencializa a natureza em sua **expansividade**. Assim sendo, o pequeno (ainda) agricultor desenvolve uma relação trabalho-educação que incorpora o conteúdo da ciência-tecnologia adequada para os **processos produtivos complexos**, supra-setoriais e demandantes de uma produção interdisciplinar de conhecimento. Ressaltamos que se trata de uma interdisciplinaridade para além daquela inerente aos pacotes científico-tecnológicos unilaterais das grandes agroindústrias privadas mundializadas.

Pode-se afirmar, mais uma vez, que a formação do pequeno (ainda) agricultor é tão ou mais **complexa** que a formação do atual trabalhador urbano-industrial, haja vista que o fordismo ainda vivido em grande parte dos postos de trabalho urbano dessitua o trabalhador basicamente daquilo que designamos **processos produtivos complexos**, e o toyotismo em expansão dessitua o trabalhador basicamente daquilo que denominamos **participação cidadã**. Enquanto o trabalhador urbano-industrial vê-se submetido e/ou cooptado na relação trabalho-educação, tendo o conteúdo científico-tecnológico como mero anteparo à “**integração**”, o pequeno (ainda) agricultor abre a possibilidade de um trabalho não submetido, tendo o conteúdo científico-tecnológico como uma das garantias da **autonomia** e da participação cidadã na sociedade mundial.

Finalizando esse item, podemos dizer, ainda, que o pequeno (ainda) agricultor participa da “**classe-que vive-do-trabalho**”, fato que se radicaliza na medida em **o trabalho já se sobrepõe à terra nos processos produtivos complexos**. Não vive, porém, ao articular o trabalho à ciência-tecnologia de

largo alcance, um trabalho desqualificado. Aqui, torna-se emblemática a seguinte afirmação de Antunes, apontando para a afirmação universal tanto do trabalho quanto da ciência-tecnologia que possibilitam a realização do trabalho intelectualizado (próprio do novo ser social em questão). Diz Antunes (1995: 88-9): "...ao contrário de um adeus ao trabalho ou à classe trabalhadora, a discussão que nos parece pertinente é aquela que reconhece...a possibilidade da emancipação do e pelo trabalho, como um ponto de partida decisivo para a busca da omnilateralidade humana".

3 Pequeno (ainda) agricultor e racionalidade educativa.

A afirmação do novo ser social implica, em nível de **práxis educativa**, uma **ruptura paradigmática** e, portanto, uma **nova racionalidade educativa**, embasada na epistemologia aberta, razão negativa e a ética da participação. Aqui a formação omnilateral, a cidadania universal e a politecnia constituem uma **totalidade educativa** que rompe necessariamente com a **positivização da realidade**.

A ruptura paradigmática a que nos referimos implica, concretamente e desdobrando a totalidade educativa acima mencionada:

a) a concepção da **realidade como complexa** (total, múltipla, plural, ...), de modo que o pequeno (ainda) agricultor possa viver os **processos produtivos complexos**.

b) a superação do conceito (excludente) de **complexidade enquanto complicação**, de modo a não excluir, de antemão, a possibilidade dos pequenos (ainda) agricultores participarem dos processos que a ciência implica.

c) o reconhecimento da **dificuldade de pensar e de comunicar as idéias**, seja do pequeno (ainda) agricultor, seja do cientista da academia.

d) a superação da **extensão autoritária** (receitas, linguagem, etc.), que reduz o pequeno agricultor à condição de **cliente**, aplicador de insumos e trabalhador desqualificado;

e) a superação do "paradigma institucional" (Kuhn, 1975), homogeneizador e, por isso, contrário ao princípio da **"diversidade e da criatividade"** (Etges, 1993b e 1995). Trata-se, também, da superação da **mundialização homogeneizadora**.

g) o reconhecimento da **interdisciplinaridade como princípio da "diversidade e da criatividade"** (Etges, 1993b e 1995), de modo a constituir a produção do conhecimento como **"energia e material criativo"** (Warde, 1993) na relação trabalho-educação levada a termos pelo pequeno (ainda)

agricultor.

h) o reconhecimento da **terra enquanto laboratório** para a busca de conhecimentos "mais específicos" (Frigotto, 1995) à atividade de produção alimentar.

i) o reconhecimento da **atual revolução científico-tecnológica como decisiva** na formação do homem, de modo a desafiar o pequeno (ainda) agricultor à formação escolar, pára-escolar e/ou extra-escolar.

j) o reconhecimento da **cidadania em sentido amplo**, de modo a possibilitar a participação cidadã na escola, nos centros de pesquisa e/ou extensão, etc.

l) a superação dos **preconceitos** pejorativos e/ou etnocêntricos.

m) o reconhecimento da **provisoriedade do conhecimento**, de modo a instituir a relação **trabalho-educação pesquisante**.

n) o reconhecimento da **mundialização da economia, do mercado**, etc., bem como a superação da **mundialização alienadora** (Duarte, 1993) e **excludente**, que atropela as particularidades regionais cheias de conteúdo histórico (Warde, 1993).

o) o reconhecimento da **dialética universal-singular e individual-coletivo** na produção da sociedade.

p) O reconhecimento de que **o trabalho coletivo não é solução mágica e definitiva para os problemas dos trabalhadores rurais**. Isso implica a aceitação do "coletivo como relativo, que pode dar certo em algumas coisas, mas não necessariamente em outras" (Martins, 1994: 164).

q) a superação de toda a forma de **romantização do mundo** até hoje tipicamente agrário do pequeno agricultor.

r) a superação do **paradigma dos insumos** (este certamente caro aos neoliberais), desrealizador do homem e da natureza. Isso significa a superação dos **pacotes científico-tecnológicos unilaterais**, estes incorporando uma pseudo-interdisciplinaridade (mutilante do homem e da natureza) e criando dependência.

s) A afirmação do **paradigma (agro)ecológico**. O paradigma da produção e consumo de insumos, sob a aura da complicação e da linguagem logicamente perfeita, não é compatível com a (agro)ecologia ou a **agricultura sustentável** no tempo e no espaço, acessível ao pequeno agricultor tanto na participação do processo de construção do conhecimento quanto no uso abrangente deste. A (agro)ecologia, assim, põe-se, em princípio, como um paradigma alternativo e possibilita a **articulação da teoria e da prática** pelo pequeno agricultor. Desaparece aqui o conceito de complexidade enquanto complicação. Afirma-se, por outro lado, o conceito da **"dificuldade de**

pensar", que é relativa a todos os homens, isto é, também aos cientistas e técnicos. Inclusive reconhece-se a **dificuldade de comunicação**, tanto das idéias quanto da estrutura de pensamento. Aceita-se o princípio da interdisciplinaridade e a transparadigmatologia.

t) O reconhecimento que a **atividade de produção alimentar, expressa em processos produtivos complexos, nunca será a-histórica.**

u) a superação da **visão dual**: campo versus cidade e universal versus singular. Trata-se, por outro lado, de fazer a articulação proposta por Warde (1993): **buscar a realização da universalidade na singularidade**. Concretamente e no nosso caso, esta articulação consiste, pelo menos em grande parte, na "individualização" (Duarte, 1993), haja vista que a singularidade do pequeno agricultor brasileiro, como já dissemos, ainda não significa, na grande maioria dos casos, o Homem Universal como um estar-sendo.

v) Reconhecer o atual "mundo agrícola" como uma mera **subtotalidade** do real, o que reorienta o trabalho de pesquisa científica e de reflexão filosófica e desautoriza os projetos educacionais que se limitam à especificidade agrícola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, Campinas: UNICAMP, 1995.
- ASSMANN, H. *Paradigmas educacionais e corporeidade*. Piracicaba: UNIMEP, 1994.
- AUED, Bernadete W. *Questão agrária: dilemas e paradoxos no acender das luzes do século XXI*. São Paulo, 1990. 156 p. [Tese - PUC/SP].
- DUARTE, N. *A Individualidade para-si*. Campinas: Autores Associados, 1993.
- ETGES, Norberto J. Produção do conhecimento e interdisciplinaridade. In: *Caderno Especial RUMOS*. Brasília: n. 8, 1993.
- _____. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, Ari Paulo, BIANCHETTI, Lucídio (Orgs). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 51-84.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, educação e tecnologia. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.14, n.1, p. 17-28, jan-jun, 1989.
- _____. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- GOODMAN, D. et al. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Lisboa: Estampa, 1974.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 (também 1979).
- HEISENBERG, Werner. *Física e filosofia*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- IANNI, O. *Notícias do mundo agrário*. Campinas: UNICAMP, 1993. 11 p. (Mimeogr.)
- JANTSCH, A. P. *A educação do pequeno agricultor e a formação do homem universal*. Trabalho apresentado na 17ª Reunião da ANPED, em Caxambu, MG, 1994.
- JANTSCH, A. P. e outros. *Avaliação sócio-econômica das pequenas unidades de produção da Microbacia Vida Nova*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1994 (Mimeogr.).
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975. (Debates).
- MARTINS, J. de S. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Rio de Janeiro: Europa-América, 1981.
- PESSANHA, José A. Filosofia e modernidade: racionalidade, imaginação e ética. In: *Cadernos ANPED*. Porto Alegre, n. 4, p. 7-36, set. 1993.
- SCHAEFER, S. A superação do conhecimento popular. In: SCHAEFER, S., JANTSCH, Ari P. *O conhecimento popular*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 163-78.
- SIEBENEICHLER, F. B. Encontros e desencontros no caminho da interdisciplinaridade. *Tempo Brasileiro*, n. 98, p. 153-80, jul./set., 1989.
- SINGER, Paul. Capital e trabalho no campo. In: PINSKY, Jaime (Org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 1-6.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.

WAKS, Leonard J. Educación en ciencia, tecnología y sociedad. In: MEDINA, M. y SANMARTÍN (Eds.). *CIENCIA, TECNOLOGÍA Y SOCIEDAD*. Barcelona: Anthropos, 1990. p. 42-75.

WARDE, Mirian J. História e modernidade ou de como tudo parece em construção e já é ruína. *Cadernos ANPED*, Porto Alegre, n. 4, p. 37-64, set. 1993.

Impressão:

GRÁFICA EDITORA
Palotti IMAGEM
DE QUALIDADE
SANTA MARIA - RS - FONE: 292.3090

Com filmes fornecidos